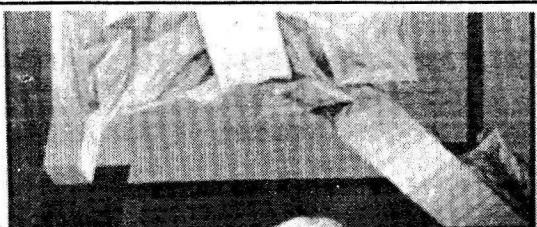


# BRASIL-Qual o caminho da economia?



Na mesa, da esquerda para a direita, Pratini de Moraes, Julian Chacel, Octávio Gouvêa de Bulhões e João Manuel Cardoso Mello

## JULIAN CHACEL

**"A questão é saber como conviver com a pobreza real"**

"A questão que se coloca para o País tem muito a ver com a situação de qualquer um de nós, como indivíduo, que durante certo tempo viveu acima de seus meios. De modo que o ajustamento que o País precisa fazer — e de certo modo já começou — na verdade consiste em saber como vamos nos defrontar com a nossa pobreza real e empobrecer ordenadamente, dividindo tão equitativamente quanto possível os custos desse empobrecimento. Esta é a questão essencial. O País viveu acima de seus meios e nós estamos, agora, tratando de reformar as promissórias.

"Agora, quando o professor Bulhões fala em reversão de expectativas, o que me preocupa é que nessa reversão de expectativas exista um conteúdo de esperança. E me parece, também, que dentro de uma abordagem dos problemas brasileiros, seria preciso, como elemento desse conteúdo de esperança, tratar de explicitar qual seria, daqui por diante, a política de investimentos do País. Principalmente quando se sabe, de antemão, que não se vai ter, como na década passada, o mesmo aporte de capital estrangeiro.

"No nosso caso, tivemos uma recessão sem que tivéssemos ganho da inflação. Ao contrário, a inflação acelerou-se. Por isso, me parece fundamental é ver em que medida seria possível reduzir os efeitos da recessão. Porque se ela for duradoura, pelo menos que não seja tão profunda.

"Não há dúvidas de que a economia mundial vai passar por mudanças daqui para a frente. Só que não sabemos quanto tempo vai levar para que elas ocorram. Só que, nesse meio tempo, não podemos ficar parados. Minha opinião é que, neste espaço intermediário, à espera que se tenha uma alteração da atividade econômica mundial, há uma série de pontos de estrangulamento no plano da economia interna que poderia ser identificados e corrigidos de maneira rápida.

"Cito dois exemplos: a opção pela agricultura e um ajustamento energético no que diz respeito aos combustíveis líquidos. São dois casos de coisas que estão, em grande medida, dentro da nossa vontade nacional para serem encaminhadas e solucionadas num prazo de tempo mais ou menos curto. Eu diria que isso poderia ser conseguido em três ou quatro anos, digamos".

## JOÃO MANUEL

**"A recessão está fazendo a indústria virar sucata"**

"E preciso que se encontre, urgentemente, uma solução para a situação recessiva em que se encontra a economia. O País não pode continuar assim, numa recessão que ameaça se tornar permanente, principalmente num momento de profundas e produtivas mudanças internacionais. Isso conduz, fatalmente, ao sucateamento de parte do setor industrial, o que aliás já vem ocorrendo. A indústria de bens de capital, por exemplo, há três ou quatro anos, corria mais ou menos ao par com o resto do mundo. Hoje, se formos medir, está dez anos atrasada, mercê das profundas transformações tecnológicas.

"O que está acontecendo é que se está retirando da indústria a capacidade de investimento e de renovação. E isso significa sucatear um parque industrial que foi construído com 50 anos de sacrifícios.

"Por isso, devemos ter em mente que é preciso um espaço para crescer. E o crescimento mínimo que este País admite é algo em torno de quatro por cento ao ano. Uma cifra razoável, até porque é preciso aliviar um pouco as tensões sociais que já são visíveis diante da situação de desemprego.

prego crescente que ameaça as classes de menor renda. E, pois, em torno desse objetivo que devemos nos concentrar.

"Para isso, eu concordo com o professor Octávio Gouvêa de Bulhões, quando ele diz que é fundamental eliminar a inflação. É preciso, de fato, botar a casa em ordem. Nós precisamos de um programa de reconstrução nacional, porque o que está acontecendo é a destruição da economia nacional.

"Ninguém quer mais um "milagre," nem é possível. Seria demagogia de quem propusesse, um crescimento de dez por cento ao ano. O que nós temos que ter é uma taxa mínima de crescimento. E, num horizonte relativamente curto de tempo, a recomposição das reservas, porque um país sem reservas vai ficar, na mesma situação em que nos encontramos hoje.

"Finalmente, há as questões que são menos debatidas, mas que são igualmente importantes. São as questões estruturais de fundo, como a política industrial; o problema da agricultura, que enfrenta momentos extremamente difíceis; e a questão urbana. Definidos estes pontos, creio que fica mais fácil encontrarmos a saída".



## DÍVIDA EXTERNA

**Negociar é impossível com inflação**

O GLOBO — O assunto mais controvérsio do momento é a questão da dívida externa, particularmente no que se refere ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. A polêmica gira em relação às medidas que o Brasil deveria adotar visando a solução do problema. Uns advogam uma posição de cautela, buscando uma negociação com os credores que permitisse, por exemplo, a obtenção de algumas vantagens, como juros fixos e menores do que os atuais; e um prazo de carência razoável, que possibilite ao País retomar o crescimento econômico, a fim de, inclusive, que se pudesse contornar problemas sociais que já despontam. Outros — e neste caso pontificam opiniões de representantes dos partidos de oposição — defendem até gestos mais radicais como a declaração de moratória unilateral ou o repúdio puro e simples da dívida. Por isso, nós gostaríamos de saber o ponto de vista de cada um dos senhores a respeito deste assunto.

GOUVÉA DE BULHÕES — Eu acho que o Brasil pode, perfeitamente, entrar em entendimentos com os credores e alcançar resultados muito satisfatórios em termos de re-negociação o pagamento da dívida externa, principalmente considerando o enorme potencial econômico do País. Mas, em primeiro lugar, é preciso eliminar a inflação. Só que, para isto, não podemos continuar com o tratamento gradualista. Devemos eliminar a inflação bruscamente, porque os efeitos inflacionários, como a própria correção monetária, estão trazendo uma situação social perigosa.

Uma vez, pois, conquistada a estabilidade interna, através da eliminação da inflação, podemos enfrentar os problemas externos. E, nestas condições, é claro que teremos condições de obter uma carência até maior do que a que se imagina. Podemos ter condições de pagamento as mais favoráveis, uma vez que os credores passarão a acreditar na possibilidade de desenvolvimento do País.

JULIAN CHACEL — O que acontece é que nós estamos vivendo uma confusão conceitual, quando se coloca como opções a carência de um lado e a moratória do outro, de vez que a moratória decorre sempre de uma solução negociada. No meu entender, não existe essa noção de moratória unilateral. O que existe, isto sim, é uma suspensão de pagamento, com todo um cortejo de consequências que podem aprofundar a recessão em que nos encontramos, ao invés de, como pretendem alguns, aliviá-la de imediato.

Quanto ao que disse o professor Bulhões, parece que o que se discute hoje no Brasil é a precedência de uma solução dos problemas externos sobre os problemas de ordem interna, ou reversamente. Mas a penso que não é bem o caso de se estabelecer uma precedência, mas sim ter-se-lá que ensinar numa simultaneidade no

encaminhamento de soluções para o problema interno e para o problema externo. No meu entender existe uma vinculação entre os dois problemas. Esta é a minha posição, pelo menos para contrastar, neste momento, com a posição do professor Bulhões.

JOÃO MANUEL — Evidentemente que a moratória não é uma solução deseável em si mesma, ou seja, não é instrumento de política econômica. Muito menos a ideia de moratória unilateral que, como disse o professor Chacel, é muitas vezes confundida com o repúdio da dívida, pura e simplesmente. A questão é que precisamos chegar a um acordo com os credores. Um acordo que nos abra um certo horizonte de crescimento, porque o País não pode deixar de crescer. Solução definitiva para o problema da dívida não existe neste momento.

O que acontece é que a re-negociação feita no final do ano passado foi um desastre completo. Imaginamos um Projeto 4 que qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento do mercado internacional sabe que era uma "loucura". Subestimamos a carga de juros e superestimamos os investimentos diretos supplier credits (créditos fornecedores). Todos sabiam que os bancos não poderiam, num mercado de dinheiro de curto prazo, nos seguir a manutenção de elevados níveis necessários. Porque os banqueiros não são bons nem maus. Ele são apenas banqueiros. E tal uma lógica de operações, que é de diminuir o comprometimento de recursos com o país como o Brasil, que apresenta sérias dificuldades de juiz.

Quanto ao FMI, a questão é que a instituição age superávits crescentes na balança comercial. Para alcançar isso, só há um caminho: a compressão da demanda global. E isso significa a recessão, o desemprego, o que pode conduzir a uma situação social explosiva.

PRATINI DE MORAIS — Eu acho que o problema brasileiro fundamental é a renegociação da dívida externa, porque só dessa forma conseguimos minimizar a condenação que pesa sobre o País de se transformar, durante muito tempo, num exportador líquido de capitais. Isso pressupõe, de maneira clara, que se negocie politicamente a dívida, creio que todos concordam. No entanto, do ponto de vista prático, nenhum banqueiro vai negociar com o Brasil ante de o Brasil fazer um acordo com o FMI. Nenhum banco ou governo conversa comigo sem que o FMI esteja de acordo.

Outro ponto que também merece atenção é que, como diz o professor Bulhões, é preciso resolver os problemas internos, porque também ninguém vai negociar com o Brasil se a nossa inflação continua na faixa de 160 a 170 por cento ao ano.

## INFLAÇÃO

# "A saída é a eliminação dos subsídios"

O GLOBO — O professor Bulhões mencionou a necessidade de se eliminar a inflação como passo inicial para a solução de todos os demais problemas — internos e externos — que afetam a economia brasileira. Acreditamos que a extinção da inflação é não só uma necessidade imperiosa de ordem econômica, mas principalmente um anseio de toda a sociedade. Na opinião do professor, a inflação pode ser eliminada bruscamente. Gostaríamos, então, de saber em que prazo de tempo ele acha que seria exequível alcançar tal resultado.

GOUVÉA DE BULHÕES — Em três meses.

O GLOBO — O senhor diz que seria possível eliminar uma inflação de mais de 150 por cento ao ano em três meses? Qual seria a fórmula?

GOUVÉA DE BULHÕES — Sim, é possível. Senão vamos ficar a vida toda com 150, 200 ou 300 por cento.

Agora, quanto à questão da inflação, já disse muitas vezes e vou dizer novamente, que as causas básicas são os subsídios, nos quais está pendurado o déficit público, e a expansão do crédito. Não se combate a inflação mantendo os subsídios e a expansão do crédito. Não digo que se elimine o crédito. Mantém-se o crédito no nível em que está, pode-se até aumentar um pouco, desde que não seja através da expansão monetária. Feito isto, em pouco tempo a inflação desaparece, porque a expectativa inflacionária se reverterá, fazendo com que os preços se estabilizem e as taxas de juros caiam verticalmente. Esta é a minha receita. Ninguém ouve, por isso posso continuar receitando.

JOÃO MANUEL — O problema da inflação é, realmente, gravíssimo. Aliás, eu acho que o Dr. Bulhões tem presta-

do um grande serviço ao chamar a atenção sobre este assunto. Evidentemente, como é um homem extremamente inteligente, como todos nós sabemos, ele exagera um pouco as posições, até mesmo para chamar a atenção da opinião pública.

Eu acho que a inflação e as taxas de juros, nos níveis em que se encontram são sintomas da desordem financeira geral. E o que nós precisamos são medidas profundas e drásticas de reorganização do sistema financeiro público e privado. Isso precisa ser feito imediatamente, porque não dá mais para tapar buracos. Creio que a pregação do Dr. Bulhões é nesse sentido. Não é mais possível contemporizar, para arrastar essa inflação por mais tempo.

JULIAN CHACEL — Quando o professor Bulhões diz que quebra a espinha dorsal da inflação em três meses, pelo que eu conheço dele, ele se coloca nessa posição extremada para ver se coloca em brios o Governo.

PRATINI DE MORAIS — Essa questão envolve um componente político forte. A discussão da terapia, da dosagem no combate à inflação, se deve ser mais vigoroso ou menos vigoroso, é, na realidade, uma discussão política. O problema é que as medidas propostas pelo Governo não têm sido explicitadas claramente.

Eu acho que é uma questão de estilo. Infelizmente, alguns de nossos administradores econômicos não se acostumaram ainda com a idéia de que nós estamos sem AI-5 e sem censura à imprensa. De forma que é fundamental que haja mais diálogo, porque senão, mesmo que as medidas sejam corretas, se não forem discutidas, não serão entendidas e aceitas.

## DECRETO 2.045

# O exemplo da necessidade do diálogo

O GLOBO — Um outro ponto que merece uma análise mais detalhada é a questão da aprovação ou não do Decreto-Lei 2.045. Nós gostaríamos, portanto, de ouvir a opinião dos senhores a respeito, já que é um tema tão polêmico.

PRATINI DE MORAIS — Eu disse, antes, que tenho insistido com os ministros da área econômica para a necessidade de uma abertura maior, de mais diálogo em relação às medidas a serem adotadas. É preciso que as coisas sejam mais discutidas. O caso do Decreto 2.045 é um exemplo típico.

Tecnicamente, ninguém pode negar a necessidade de uma medida desse teor, porque qualquer política de estabilização interna, com vistas à redução da inflação, pressupõe uma política salarial que preveja reajustes inferiores à inflação esperada. E, no entanto, a discussão em torno do Decreto 2.045 está entravada porque ele não foi negociado politicamente. É preciso que as medidas sejam explicitadas com firmeza, porque se não cria-se a imagem de que o Governo pretende combater a inflação apenas pela redução dos salários. A coisa está mal conduzida, e a imagem que passa é esta.

GOUVÉA DE BULHÕES — O que acontece é que existe uma repulsa em relação ao Decreto 2.045. Mas essa repulsa não é exatamente contra o reconhecimento de que o salário aquém da taxa inflacionária seja adequado para combater a inflação. Ela decorre do fato de que os políticos, na verdade, não compreenderam outras atitudes governamentais que justifiquem esse sacrifício. E fica parecendo que o Governo quer combater a in-

flação na periferia e não ir à sua verdadeira causa. Esse é o motivo pelo qual eu insisto muito no sentido de tornar-se bem claro que o Governo está disposto a combater a inflação com toda a decisão, com toda a eficácia. E se estou insistindo para que esse combate seja rápido, é porque até há pouco tempo a correção monetária era tolerável. Mas, depois de 1979, com o surto extraordinário da inflação, a correção passou a ser um profundo realimentador da própria inflação e mais grave do que a própria taxa inflacionária.

JOÃO MANUEL — Peço desculpas aos companheiros de debate, mas eu discordo inteiramente de tudo que foi dito. O Decreto 2.045 é inteiramente inaceitável. Se nos formos às raízes da inflação brasileira, vamos ver que os salários nada têm a ver com as causas do crescimento dos preços. Nunca tiveram. E só olhar os números. Pode haver uma pequena discussão sobre o impacto da introdução da seletividade. Por exemplo, o professor Roberto Macedo, da Universidade de São Paulo, acha que houve uma subida ligeira do salário acima da produtividade — o que pode ser considerado inflacionário — em três ou quatro meses, logo depois que a lei passou a vigorar. Além disso, impõe uma perda salarial de 30 por cento em um ano e meio, quando se sabe que 67 por cento da população brasileira ganha menos de dois salários mínimos, eu acho que é uma imprudência social e política terrível, isso para não falar no lado humano da questão.

JULIAN CHACEL — No meu entender, não se pode condenar a priori a proposição

## PRATINI DE MORAIS

# "O problema do ajustamento econômico é apenas político"

"Não deixa de ser um pouco paradoxal que haja tanta concordância nos diagnósticos dos desequilíbrios da economia brasileira, que haja tanta concordância quanto aos elementos básicos de um programa de ajustamento que o País tem que fazer e, ao mesmo tempo, que haja tanta perplexidade quanto à implantação do programa. De onde eu deduzo que o problema não é econômico, é político.

"Quando se concorda com a análise das questões e depois se tem dificuldades em implementar a terapia, porque se discute se deve ser um combate mais vigoroso ou menos vigoroso à inflação, no fundo se está discutindo um problema político.

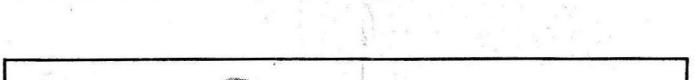
"Então, o problema fundamental do ajustamento brasileiro diz respeito à negociação interna, isto é, se não houver, internamente, um consenso quanto à distribuição dos ônus da política de estabilização, ela não terá êxito. E essa é uma das razões pelas quais a presença e a participação do Congresso Nacional é importante nessa fase, inclusive no que se refere à discussão das questões econômicas.

"Eu tenho insistido, nas minhas conversas com os minis-

tros da área econômica, que não é mais possível discutir tipicamente as propostas econômicas. E preciso discutir um programa de estabilização do País, para conseguirmos rapidamente resultados positivos no combate à inflação.

"Neste momento, o problema brasileiro fundamental é renegociar a dívida externa, de maneira a minimizar a condenação que pesa sobre o País de se transformar num exportador líquido de capitais durante um longo período de tempo. E o Brasil não pode se transformar em exportador de capitais sob pena de comprometer, de forma definitiva, a construção de uma sociedade moderna. Mas, para isso, tem que renegociar a dívida, para que o volume de transações seja o mínimo.

"Dentro desse panorama, o Brasil está envolvido num problema de extrema complexidade. O meu ponto de vista, expressado inclusive em discurso que fiz recentemente na Câmara dos Deputados, é o seguinte: nós precisamos arrumar a casa. Ninguém conversa com o Brasil com uma taxa de inflação como a que nós estamos vivendo. E a 'arrumação' tem que ser um ato político".



contida no Decreto 2.045 sem examinar o que aconteceria com os salários reais se, como elemento de uma política anti-inflacionária, houvesse realmente uma garantia razoável de que os preços iriam desacelerar até chegar-se a um também razoável grau de estabilidade. Evidentemente, o Depu-

tado Pratini de Moraes tem toda a razão quando diz que a questão está mal colocada em termos políticos, porque ela foi colocada de forma enviesada, como se o problema salarial não estivesse vinculado, dentro de um contexto de combate à inflação, à questão do déficit público.

## DÍVIDA INTERNA

# É preciso fazer uma reforma financeira

O GLOBO — O professor Bulhões diz que a correção monetária da dívida pública já está mais alta do que o que o Governo lança em títulos e recebe como receita. Isso traz ao debate uma outra questão — a da dívida pública ou dívida interna — para a qual nós gostaríamos da opinião dos senhores.

GOUVÉA DE BULHÕES — Então, o problema não é a dívida. E a correção monetária. É só acabar com a inflação que a dívida fica mingoa. Vocês não acreditam mesmo em combate à inflação. Eu já vi que não tem jeito...

JOÃO MANUEL — Eu estou de acordo com o Dr. Bulhões quanto à necessidade da desaceleração da correção monetária. Mas, no caso da dívida interna, vou um pouco mais longe. E preciso promover uma reforma financeira geral. Uma coisa mais ampla. E evidente que isso significa que os portadores de ativos financeiros irão sofrer uma perda. Mas isso tem que ser negociado, para se estabelecer o grau que vai ter essa perda. Impor

a moratória interna, como já se comenta, é uma medida drástica. Por exemplo, no meu partido, o PMDB, o Senador Teotônio Vilela diz "pegue essa dívida interna que está aí e troca por bônus de guerra de 30 anos". Mas eu acho que por isso significa quebrar o sistema financeiro privado. Por isso, a discussão é em torno do grau de perda dos portadores de ativos, porque a perda vai acontecer, não tenha dúvida, anárquica ou organizadamente.

JULIAN CHACEL — Sobre a questão da dívida interna, eu concordo com o professor João Manuel. Forçosamente vai haver uma perda em termos de ativos financeiros. E essa perda poderá chegar ao extremo, ser uma perda total, quando se propõe que não se deve pagar a ninguém, passar uma esponja no passado.

PRATINI DE MORAIS — A questão da dívida interna está intimamente ligada ao problema do déficit público. Tudo passa, portanto, pela necessidade de reduzir o déficit público.

## AS PERSPECTIVAS

# Salvar a moeda para voltar a crescer

O GLOBO — O professor Chacel falou que a economia mundial vai passar por mudanças daqui para a frente. De fato, já se fala, até mesmo, numa nova ordem econômica mundial, um novo acordo de Bretton Woods. C o que isso significa e quais as repercussões dessas mudanças para o Brasil?

JULIAN CHACEL — Acho que este é um ponto importante. Certamente, tudo se encaminha para, mais cedo ou mais tarde, uma nova visão dos negócios internacionais, do comércio internacional, das finanças, de uma nova ordem econômica internacional, se preferirem. A questão é que nós estamos acuados, encravados, pelo curto prazo. E essas negociações internacionais, como querem os franceses, por exemplo, exigem um tempo largo pela frente. A questão, portanto, é: o que nós vamos fazer nesse meio tempo, enquanto não se chega a uma situação em que se negocie uma nova ordem econômica mundial? O que é que está ao alcance de nossa vontade?

JULIAN CHACEL — Acho que este é um ponto importante. Certamente, tudo se encaminha para, mais cedo ou mais tarde, uma nova visão dos negócios internacionais, do comércio internacional, das finanças, de uma nova ordem econômica internacional, se preferirem. A questão é que nós estamos acuados, encravados, pelo curto prazo. E essas negociações internacionais, como querem os franceses, por exemplo, exigem um tempo largo pela frente. A questão, portanto, é: o que nós vamos fazer nesse meio tempo, enquanto não se chega a uma situação em que se negocie uma nova ordem econômica mundial? O que é que está ao alcance de nossa vontade?

JULIAN CHACEL — Outro ponto que poderia ser mencionado se refere à necessidade de uma política de modificação na oferta de energia em termos de combustíveis líquidos. E evidente que isso significa que os portadores de ativos financeiros irão sofrer uma perda. Mas isso tem que ser negociado, para se estabelecer o grau que vai ter essa perda. Impor

cos mínimos têm de ser trianais, para restabelecer realmente um horizonte para o produtor.

JULIAN CHACEL — Outro ponto que poderia ser mencionado se refere à necessidade de uma política de modificação na oferta de energia em termos de combustíveis líquidos. E evidente que isso significa que os portadores de ativos financeiros irão sofrer uma perda. Mas isso tem que ser negociado, para se estabelecer o grau que vai ter essa perda. Impor

JOÃO MANUEL — O professor Chacel tem toda razão. O gás natural, o problema de conservação de energia dá um resultado incrível. Basta ver o que ocorreu no Japão, por exemplo. São coisas elementares, com custos relativamente baixos. E nem isso foi feito. Mas é uma coisa que pode ser feita imediatamente.

JOÃO MANUEL — O professor Chacel tem toda razão. O gás natural, o problema de conservação de energia dá um resultado incrível. Basta ver o que ocorreu no Japão, por exemplo. São coisas elementares, com custos relativamente baixos. E nem isso foi feito. Mas é uma coisa que pode ser feita imediatamente.

GOUVÉA DE BULHÕES — E claro que todos nós estamos de acordo em que esses projetos, essas idéias, mereçam apreço e sejam levadas avante.

JOÃO MANUEL — O professor Chacel tem toda razão. O gás natural, o problema de conservação de energia dá um resultado incrível. Basta ver o que ocorreu no Japão, por exemplo. São coisas elementares, com custos relativamente baixos. E nem isso foi feito. Mas é uma coisa que pode ser feita imediatamente.

JOÃO MANUEL — O professor Chacel tem toda razão.

